



CÓDIGO FLORESTAL

VETA **TUDO** DILMA!

Depois da proposta de revogação da lei, aprovada pela Câmara dos Deputados, sociedade civil se mobiliza pelo veto integral da Presidente Dilma Rousseff. • **P.14**

Vídeo registra patrimônio cultural no Vale do Ribeira

Resultado do projeto de Inventário Cultural, exhibe dezenas de bens materiais e imateriais das comunidades quilombolas • **P.19**

Carta aberta alerta para retrocessos socioambientais

Sociedade civil divulga documento sobre os retrocessos socioambientais que o governo Dilma vem promovendo • **P.15**



JUAN SOLER/ISA

Formandos do ensino fundamental da Escola Tuyuka durante os festejos

Escolas Tuyuka e Tukano formam novas turmas

Situada no Alto Rio Tiquié, noroeste amazônico, a Escola Tuyuka-Aeitu (Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinozona) formou no final de 2011, dez alunos do ensino fundamental e 11 alunos da segunda turma do ensino médio. Participaram da formatura, parceiros e assessores do projeto de educa-

ção do Programa Rio Negro do ISA, representantes da Associação Ye'Kuana, de Roraima (Castro, Davi e Felipe), da Escola AEITYPP (Associação Escola Indígena Yepa Piro Porã), da Escola AEITY (Associação Escola Indígena Tukano Yupuri), Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart) e o cinegrafista Juan Soler. Brunhilde Hass de Saneaux, da Horizont3000, organização austríaca que apoia o projeto cumprimentou os formandos e lembrou a importância de valorizar as comunidades, os pais, o rio e a terra.

As festividades duraram três dias e nesse período os formandos do ensino médio apresentaram seus trabalhos de conclusão de curso cujos temas foram: piscicultura; benzimento; avicultura; palmeira caraná; meliponicultura e capoeira. Já os dez formandos do ensino fundamental – um Yebamasã, um Hupda e oito Tuyuka – apresentaram seus trabalhos de conclusão de curso com os seguintes temas de pesquisa: história e origem do arumã; anatomia dos peixes; manejo agroflorestal tuyuka; técnicas de caça e pesca e lixo. Esta turma do ensino médio é a primeira formada integralmente na Escola Tuyuka,



JUAN SOLER/ISA

Apresentações culturais marcaram as comemorações dos formandos da Escola Tukano

desde o ensino básico infantil. E ainda espera pelo reconhecimento oficial do governo do Amazonas.

Formatura na Escola Tukano

Também no final do ano a Escola Indígena Tukano Yupuri, localizada na comunidade São José I, no Médio Rio Tiquié, realizou na maloca *Mahsioríwi*, a formatura de sua primeira turma do ensino médio. São 16 alunos das etnias Tukano e Desana. Da mesma forma que a Escola Tuyuka e outras escolas indígenas do Alto Rio Negro, a Tukano Yupuri baseia o ensino diferenciado em pesquisas, focadas nos conhecimentos tradicionais desses povos e no seu cotidiano. Como a Escola Tuyuka Utapinopona, a Tukano também espera o reconhecimento oficial do governo do Amazonas. A turma foi acompanhada durante os três anos do curso por cinco professores indígenas. Os alunos pesquisaram os temas que

escolheram para o trabalho de conclusão de curso e os principais foram: benzimentos tukano e desana; astronomia tukano e desana; frutas e remédios caseiros.

As apresentações dos TCCs foram feitas em tukano e português e os alunos agradeceram a parceria com o ISA, com os pais, com os professores e com as comunidades em geral pelo apoio à pesquisa e pela oportunidade que tiveram em adquirir conhecimentos que irão ajudar a comunidade e os formandos em sua jornada. Além de pais e alunos, participaram da formatura a equipe do ISA, que assessora o projeto de educação indígena diferenciada em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), representantes do povo Ye'kuana de Roraima, da Escola Indígena Tuyuka e da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié, entre outros.

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3497 e 3499

Ponto de Cultura promove aperfeiçoamento de capoeira no quilombo de Pedro Cubas

Em dezembro, o ISA executou em parceria com as associações quilombolas de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima um curso de aperfeiçoamento de capoeira regional para os alunos do projeto Ponto de Cultura. Os quilombos se localizam no município de Eldorado, no Vale do Ribeira (SP). O curso foi conduzido por mestre Peixe, da Associação de Capoeira Quilombo Palmares, de Guarulhos (SP). Realizado em duas etapas, teórica e prática, na primeira, os alunos aprofundaram conhecimentos sobre os fundamentos da capoeira e o processo histórico desta manifestação cultural genuinamente brasileira, composta pelos elementos afrodescendentes trazidos na época da escravidão e outros criados ao longo da história dos negros no Brasil. Mestre Peixe também explicou como foi criada a capoeira regional por mestre Bimba, da Bahia, e seus fundamentos.

Na etapa prática foram reforçadas as técnicas para as oito sequências da capoeira regional por meio de demonstrações e exercícios práticos. Mestre Peixe passou a técnica do jogo falado, criada por ele, e enfatizou

a importância do respeito que quem pratica capoeira precisa ter com os diferentes grupos e tipos desta atividade. Para finalizar foi realizada uma roda onde todos os alunos jogaram, tocaram e cantaram – jogos de Banguela e São Bento Grande – fechando com um samba de roda. Os 40 participantes, então, receberam seus certificados.



Curso de aperfeiçoamento em capoeira regional para alunos do projeto Ponto de Cultura

Energias alternativas são debatidas na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol

A busca por soluções energéticas foi debatida por lideranças do Conselho Indígena de Roraima (CIR) durante o “I Seminário de Energias

Alternativas da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.” O encontro foi realizado em março na comunidade Pedra Branca, região das Serras, por meio de uma parceria entre o ISA, o CIR e o Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA). O evento contou com 60 participantes, entre coordenadores, tu-xauas e outras lideranças, e debateu a viabilidade técnica, econômica e socioambiental da eventual implantação de projetos de geração solar-eólica na região. Entre as ações pactuadas para 2012 estão a implantação de duas estações anemométricas para estudo do potencial eólico, a realização da pesquisa de demanda energética, o mapeamento das comunidades e habitações, uma oficina de capacitação em energias alternativas e também a criação de um grupo de acompanhamento, formado por estudantes e lideranças indígenas.



© ALDENIR CORTEZ MARCHIANNA

Participantes do seminário discutem projetos de geração solar-eólica

Formação na Terra do Meio trabalha noção de direitos com extrativistas

O segundo módulo do curso de Gestão Territorial nas Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio realizado na Resex do Rio Xingu, em fevereiro, trabalhou conceitos de direitos, deveres, compromissos e favores. Dezenove estudantes das Resex do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio e do Rio Xingu participaram do curso de formação. Parte de um conjunto de ações que têm o objetivo de melhorar a interlocução dessas famílias com a sociedade em busca de seus direitos a formação é realizada pelo ISA em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

As relações históricas com os diversos padrões que se estabeleceram na região (seringalistas, regatões, grileiros, madeireiros, fazendeiros) foram revisitadas e serviram como ponto de partida para que todos entendessem as circunstâncias de criação do Mosaico da Terra do Meio e qual o papel dos diferentes atores neste processo, incluindo organizações como o ISA e a FVPP e também organizações governamentais.

O aprofundamento das relações históricas com os padrões revelou que os participantes confundiam o conceito de direito com obrigação ou favor. Ou seja, em vez de direito à escola, obrigação de ir à escola. Já o direito à saúde era encarado com um favor do patrão de levar os empregados à cidade e ao hospital.

Prova de que os estudantes entenderam que têm direitos garantidos por lei e que podem e devem cobrá-los do Estado, foi o conjunto de reuniões com a secretária de Educação de Altamira marcadas pelo grupo após o curso. Nos encontros, os estudantes pediram apoio no transporte para as escolas, aulas para jovens e adultos, contratação de professores e regularização da merenda escolar.

O curso que terá três anos de duração se divide em seis etapas intensivas e cinco períodos de acompanhamento. O próximo módulo acontecerá em junho, na Resex do Riozinho do Anfrísio.

© AERVO/ISA



Cachoeira da Poça no quilombo de André Lopes, uma das atrações do circuito

Quilombos do Vale do Ribeira lançam o Circuito Quilombola

Depois de três anos de capacitações, planejamento e formatação dos produtos, os quilombos de André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, São Pedro, Sapatu e a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (Amamel), localizados no Vale do Ribeira, lançaram sua iniciativa de turismo comunitário, resultado de projeto desenvolvido pelo ISA em parceria com as comunidades quilombolas

e apoio dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Turismo.

O Conselho Gestor do Circuito, representantes das seis comunidades, da Amamel, do ISA e dos demais parceiros estiveram presentes ao evento que marcou o lançamento do catálogo dos atrativos e do site do circuito, em março no quilombo de Ivaporunduva.

Formado por 65 atrativos culturais, naturais, gastronômicos e o calendário de festas quilombolas, o circuito vai

incrementar a geração de renda nas comunidades ao mesmo tempo em que possibilita ao visitante conhecer a história de luta dos quilombos pela manutenção de sua cultura e de seus territórios. São atrativos de forte potencial turístico como cachoeiras, trilhas em Mata Atlântica preservada, bóia-cross, apresentações culturais tradicionais, visita às

roças e culinária típica das comunidades. O circuito quilombola trabalha apenas com grupos pré-agendados.

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3521

Curtas

SEMINÁRIO ENCERRA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO YANOMAMI.

Realizado em março de 2012, o seminário contou com a participação da equipe do ISA, da Hutukara Associação Yanomami (HAY), do avaliador Bruce Albert, de representantes das comunidades, da Fundação Rainforest da Noruega e do professor Higino Tuyuka, que leciona na Escola Tuyuka, no Alto Rio Negro. Ao fim de três dias de debates, as considerações foram: a) fortalecer a articulação política da HAY para dialogar com os órgãos públicos e com as outras organizações atuantes na Terra Indígena Yanomami, cobrando a garantia dos direitos adquiridos e propondo ações inovadoras. Para isso, entretanto, é preciso uma formação continuada dos diretores e de outros funcionários da HAY; b) valorizar os conhecimentos tradicionais e defender o território, apoiando as iniciativas dos Yanomami na gestão de seu território; realização conjunta de pesquisas e documentação sobre o conhecimento Yanomami, e publicação de materiais entre outros itens.





O consultor Marco Nalesso conduziu o encontro em São Gabriel da Cachoeira

Feira de Conhecimentos Indígenas e multimídia promove troca de experiências

Com apoio da cooperação austríaca, no âmbito de um projeto que visa a melhoria da comunicação institucional da Foirn via ferramentas e redes sociais da web, realizou-se em abril, em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, o terceiro encontro de Conhecimentos Indígenas e Multimídia. Cerca de 20 participantes puderam retomar algumas das conversas realizadas em duas oficinas anteriores. Também trocaram experiências a respeito da produção de conhecimentos indígenas e receberam dicas sobre como produzir material para e na linguagem da internet, com a possibilidade de divulgação por meio de canais da Foirn que se encontram em elaboração, - o website - e nos que já estão sendo utilizados como o blog e redes sociais, caso do twitter e do facebook. Por meio dessas ferramentas, a Foirn pretende divulgar

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3538

a cultura rionegrina e a agenda de iniciativas das associações filiadas e de seus parceiros.

Participaram do encontro, funcionários da Foirn, lideranças, realizadores dos Pontos de Cultura, alunos e professores das escolas indígenas diferenciadas, além de parte da equipe do ISA. Durante o encontro, a ideia foi proporcionar, presencialmente, horas de trocas de experiências, apresentação do projeto de comunicação da Foirn e articular um grupo etnicamente diverso e disperso entre as cinco subregionais de atuação da Foirn para apoiar a produção de conteúdo comunicativo.

Os participantes trouxeram álbuns de fotos, desenhos, slides em powerpoint, arquivos de músicas e vídeos que retratam modos de vida e cultura dos povos do Médio e Alto Rio Negro. Alguns deles são de excelente qualidade. De acordo com o consultor que coordenou o encontro, serão necessárias poucas adaptações e edições para a internet. A partir do material apresentado desenvolveu-se um exercício em grupo de produção de conteúdo para a internet.

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Xingu avalia execução de projetos aprovados

Na primeira reunião de 2012 do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), o Comitê Gestor, no qual o ISA tem assento, confirmou que a execução dos recursos aprovados em 2011 não chegou a 15% do valor aprovado. Dos 30 projetos aprovados pelos representantes dos governos e das organizações da sociedade civil que participam do Comitê Gestor, só três foram totalmente executados e 14 não saíram do papel.

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, foi criado em maio do ano passado pelo governo federal como a primeira ação concreta de planejamento da região, cuja sustentabilidade regional está ameaçada em função dos impactos socioambientais diretos e do fluxo migratório associados à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará; ao asfaltamento em curso da Transamazônica e da BR-163; e à construção da linha de transmissão de Tucuruí a Jurupari.

O Comitê Gestor ainda não conta com uma agência executora própria, nem com instrumentos de planejamento para a definição de atividades e alocação de recursos. A falta de uma instância de gestão e execução próprias fez com que a

Norte Energia, o consórcio que está construindo Belo Monte, ficasse responsável por executar os recursos aprovados em 2011. Mas essa situação tem gerado confusão na sociedade com relação a separar os investimentos que a empresa deve fazer na região – fruto do cumprimento das condicionantes relacionadas à obra – e os recursos do PDRS Xingu.

O tema voltou à pauta na segunda reunião do ano, quando a sociedade civil se manifestou exigindo transparência e organização do PDRS. Foi entregue uma carta à coordenação geral expressando a insatisfação com a forma como vem sendo divulgada a aplicação dos recursos aprovados no plano. E a maneira como a Norte Energia vem divulgando informações sobre o cumprimento das obras aprovadas no PDRS confunde a população.

A demanda da sociedade civil gerou debate durante a plenária do PDRS – que acontece todos os meses em Altamira (PA) – e foi reconhecida a urgência de implantar uma secretaria executiva ativa para apoiar o Comitê Gestor. Uma proposta que atendesse as demandas colocadas foi apresentada por um grupo de trabalho em abril. O assunto será retomado nas próximas reuniões do comitê.

São José do Xingu consolida trabalho na recuperação das nascentes e matas ciliares

Depois de cinco anos, chegou ao fim o projeto “Recuperando as nascentes e matas ciliares: um exemplo de concertação intersetorial”, apoiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O projeto é realizado pelo ISA em parceria com a Câmara de Vereadores, Sindicato Rural, Prefeitura, Associação de Pequenos Produtores Rurais de São José do Xingu, Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Seu objetivo foi fortalecer a adequação ambiental do município mato-grossense. Para apresentar os resultados do projeto no período, o ISA realizou um workshop na Câmara de Vereadores do município, em abril, para estudantes, vereadores, gestores públicos, moradores da cidade e produtores rurais. Durante a execução do projeto mais

de 800 hectares entraram em processo de restauração florestal e agora o município conta com 62,87% de suas áreas cadastradas na Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso. São José do Xingu tem aproximadamente 1,7 mil nascentes e mais de 107 mil hectares de matas ciliares, ocupando posição de destaque na parte mato-grossense da Bacia do Xingu em termos de extensão em Áreas de Preservação Permanente (APPs). O trabalho realizado pelo ISA envolveu muitas oficinas e eventos ressaltando a importância econômica e ecológica das nascentes e matas ciliares. Além disso, desde 2007, São José do Xingu pode contar com a instalação de um viveiro no qual mais de 150 mil mudas já foram produzidas. Atualmente, o viveiro produz 30 mil mudas por ano e não consegue mais suprir a demanda da região.

Pesquisas participativas valorizam conhecimento tradicional Yanomami

Pesquisadores Yanomami e a equipe do ISA vêm dando continuidade a pesquisas participativas na TI Yanomami, com vistas a registrar o conhecimento tradicional valorizando os saberes dos mais velhos e a formação de lideranças para se relacionarem com os não indígenas. Nessa rota, realizou-se, em Boa Vista (RR), em fevereiro, um seminário

com os pesquisadores Yanomami da região do Demini (AM), para que eles aprendessem a dominar os instrumentos de pesquisa e divulgação, como computador e internet, e ter contato com o que já se produziu sobre eles. As pesquisas na região abordam os temas mudanças climáticas, xamanismo yanomami e tabus relacionados à menstruação.

Já na região do Paapiu (RR), o tema da pesquisa é mitos e histórias dos yanomami. O levantamento envolveu a gravação de um importante narrador indígena e agora os mitos e histórias por ele contados estão sendo transcritos para o português. A ideia é transformar as traduções em textos literários ainda este ano.

Na região de Auaris (RR), professores e alunos indígenas continuam pesquisando a alimentação Sanumá. Eles estão registrando e descrevendo, sob o ponto de vista indígena, todas as espécies animais e vegetais conhecidas que podem fazer parte de uma refeição. Nesse processo, vem sendo registrado um profundo conhecimento sobre a floresta e os próprios indígenas.



© MORENO SARAIVA MARTINS/ISA

Refeições Sanumá: carne de bicho-preguiça com molho de urucum, carne de veado com molho de pimenta e biju

Restauração florestal da Bacia do Xingu é destaque em evento internacional

Técnicas, ganho de escala e articulação em rede no trabalho realizado em Mato Grosso, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, chamaram a atenção dos participantes da 18ª conferência anual realizada na Universidade de Yale (EUA), em janeiro, para apresentar novas ideias sobre a gestão dos recursos naturais.

Pesquisadores de várias instituições, estudantes, representantes de organizações ambientais discutiram questões que envolvem conservação ambiental, conhecimentos tradicionais e desenvolvimento. Nesta edição da conferência, a restauração ambiental foi o tema escolhido e o trabalho realizado pela Campanha Y Ikatu

Xingu ganhou destaque. A experiência realizada na parte mato-grossense da Bacia do Xingu foi bem



© LUIZ FERNANDO FERREIRA DA CUNHA

Técnicas de restauração florestal na Bacia do Xingu são apresentadas na Universidade de Yale (EUA)

recebida, gerando interesse. Afinal, mais de dois mil hectares estão em processo de recuperação naquela bacia, em um processo inédito e ousado numa região com predominância da soja e da pecuária.

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3498

Licenciamento de roças e polpa da juçara são temas de debate

Em janeiro foi realizada a primeira reunião do ano do Grupo de Trabalho das Roças, o GT da Roça, no Vale do Ribeira (SP), composto por representantes das comunidades quilombolas, pelo Instituto Socioambiental (ISA), Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), Associações dos Quilombos, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e Fundação Florestal. O GT fez um rápido balanço da IV Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos, realizada em 2011 pelo ISA e reafirmou a importância do evento e necessidade de sua continuidade. A nova edição da feira deverá acontecer em agosto.

Outro assunto tratado foi o licenciamento das roças. Desde a década de 1990 os quilombolas tiveram sua prática secular de subsistência transformada em crime ambiental, o que levou a um grave declínio da atividade, pondo em risco a segurança alimentar de muitas famílias. Com apoio do ISA, os quilombolas buscam uma solução para esta situação criada pela Secretaria do Meio Ambiente que só permite o cultivo em condições que descaracterizam e inviabilizam o sistema tradicional. Todas as propostas vindas do governo do Estado não atendem ao anseio dos quilombolas em poder retomar suas roças livremente.

No âmbito deste GT, o ISA tem promovido uma articulação entre os quilombolas, a Cetesb, o Itesp e a Fundação Florestal, órgãos que têm atribuições relativas ao licenciamento das roças. Embora tenha havido alguns avanços, também aconteceram retrocessos o que indica que as roças continuam proibidas em 2012.

Rede Juçara

Também em janeiro, o Pólo Vale do Ribeira, da Rede Juçara, da qual o ISA faz parte, reuniu-se novamente. A situação da juçara é tão paradoxal quanto a das roças. Com recursos do PDA – Programa de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente, a Rede Juçara pode avançar na consolidação da cadeia de valor da produção da polpa da juçara, considerada pelo governo federal, como um dos chamados produtos da sociobiodiversidade da Mata Atlântica. Entretanto, a juçara (*Euterpe Edullis*), está na lista das espécies ameaçadas de extinção e sendo assim, não se pode extrair seus frutos. A Rede está encaminhando pedido para a retirada da juçara da lista. Todo o trabalho ligado à extração da polpa é uma ação de recuperação da espécie, uma vez que depende da existência das matrizes com frutos e no processo de extração da polpa a semente é um subproduto empregado no repovoamento e enriquecimento da espécie.

Curtas

▶ PLANO DETALHA AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO XINGU.

Em março a equipe do Programa Xingu do ISA participou de reunião, na sede da Atix no Posto Diauarum, no Parque Indígena do Xingu, sobre as ações de fiscalização previstas no plano elaborado pelas associações indígenas e coordenadorias da Funai (de Monitoramento Territorial e Regional do Xingu). O plano foi apresentado incluindo as vulnerabilidades ao longo dos 900 km de limites do PIX para fiscalização e vigilância e foram definidas as responsabilidades de todos os envolvidos: dos agentes de fiscalização da Funai, das associações indígenas e da equipe do ISA. Entre as ações previstas no plano estão a limpeza de picadas, a prevenção e combate a incêndios florestais, a fiscalização dos limites e o diálogo com os fazendeiros do entorno.

▶ CAMPANHA CÍLIOS DO RIBEIRA PROMOVE SEMANA DA ÁGUA.

Entre as atividades promovidas pela Campanha durante a Semana da Água, em março, o destaque foi para a apresentação da peça O Segredo do Rio interpretada pela Cia. Ópera na Mala. Em Cananéia, os alunos da Escola Estadual Prof^a. Dinorah Silva dos Santos assistiram à apresentação e interagiram com os atores. Em Sete Barras, os alunos da EE Prof. Plácido de Paula e Silva apresentaram trabalhos sobre matas ciliares antes do início da peça.



© ACERVO ISA

Quilombolas de São Pedro discutem plano de ação de uso de seus territórios

Planejamento de territórios quilombolas se encerra com elaboração dos projetos

Em janeiro as comunidades quilombolas de Morro Seco e São Pedro realizaram, em parceria com o ISA, a última etapa do projeto de planejamento territorial, que estava em curso nas duas comunidades desde o início de 2011.

Trata-se de um processo desenvolvido para contribuir na gestão territorial e no desenvolvimento local de forma sustentável. A partir das demandas prioritárias destas comunidades, levantadas na Agenda Socioambiental de 2007, o ISA e as Associações vêm trabalhando para estruturar um plano de ação relacionado ao uso dos territórios. Ao longo de 2011, as comunidades discutiram temas prioritários nas linhas de Patrimônio Cultural e Turismo, Agricultura e Extrativismo e Adequação Ambiental e assuntos relacionados à organização interna e gestão territorial pelas associações.

A cada etapa, as comunidades elaboraram propostas de ações para solucionar demandas como a comercialização dos produtos da agricultura tradicional; o fortalecimento de alternativas de renda como o turismo e a compatibilização de atividades agrícolas com as áreas de conservação no território. A principal preocupação a

permear as discussões foi pensar alternativas para manter os jovens no território, com condições de trabalho e renda, garantindo a reprodução da sua cultura e modo de vida. Na etapa final, as comunidades elaboraram um projeto de desenvolvimento local que atende parte das demandas prioritárias apontadas.

Em São Pedro, o projeto prevê incremento na agricultura existente, com instalação de infraestrutura para processamento de palmito pupunha, cultivar alternativo ao palmito juçara, e melhoria nas práticas e tratamentos culturais, reduzindo o uso de insumos químicos. O objetivo é criar uma alternativa mais rentável para esta cultura, já introduzida no quilombo e melhorar a renda das famílias, já que 90% delas têm plantios de palmito pupunha.

Em Morro Seco, o foco é o fortalecimento da agricultura tradicional, aumentando as áreas de plantio de milho, arroz, feijão e mandioca, e no apoio às expressões culturais da comunidade, como fandango e reisado. A ideia é aumentar a produção, gerar excedente e comercializar os produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Publicação sobre ordenamento pesqueiro do Médio Rio Negro é debatida em Manaus

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o ISA, e as associações indígenas de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro (AM) apresentaram, em março, aos representantes de órgãos dos governos federal e do Estado do Amazonas, em Manaus, a publicação *Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro – Recomendações do processo participativo de oficinas para o ordenamento das atividades pesqueiras nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro*.

Segundo volume da série “Pescarias no Rio Negro”, a publicação foi entregue durante reunião realizada com apoio do Núcleo de Pesca do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS). Composta por dois mapas-folders, um para o município de Santa Isabel do Rio Negro e outro para Barcelos, a publicação resume os resultados de um processo de três anos de

pesquisas, mapeamentos, debates e articulação política em torno das atividades pesqueiras da região. As discussões foram consolidadas em recomendações construídas em duas oficinas ampliadas, realizadas em setembro de 2011, com a presença das organizações da sociedade civil e órgãos dos governos estadual, federal e municipal.

Com diferentes perfis de participação e encaminhamentos, as etapas desse processo geraram propostas para o ordenamento pesqueiro no Médio Rio Negro, destacando áreas que necessitam de reconhecimento da pesca de subsistência; de regulamentação das atividades de pesca ornamental, comercial e esportiva; de elaboração de regras de manejo e calendários para usos restritos e de realização de estudos para criação de áreas protegidas.

Desde 2008, a Associação Indígena de Barcelos (Asiba) e a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), com sede em Santa Isabel do Rio Negro, afiliadas à Foirn, formalizaram na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS/AM) um ordenamento pesqueiro que reconhecesse suas áreas de pesca de subsistência e fomentasse a regulamentação das outras atividades pesqueiras.

A partir daí, Foirn e ISA vêm desenvolvendo uma parceria para apoiar a discussão, buscando subsidiá-la com seminários, estudos, publicações e oficinas de mapeamento participativo com os moradores das comunidades e sítios, associações, colônias de pescadores e representantes da pesca esportiva. A SDS, órgão responsável por proceder ao ordenamento pesqueiro no âmbito da implementação do Decreto de Pesca da Bacia do Rio Negro (nº 31.151), comprometeu-se a dar início ao processo no Médio Rio Negro a partir das propostas publicadas.



ISA apresenta Programa Mina D'Água à agricultores

Após o lançamento do edital para seleção de Agricultores para o Programa Mina D'Água em Eldorado, em fevereiro, a prefeitura do município e o ISA realizaram reuniões em março com agricultores para orientá-los sobre o cadastramento de nascentes em suas propriedades para viabilizar sua participação.

Iniciativa piloto da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, em parceria com prefeituras municipais, o Programa Mina D'Água tem o objetivo de pagar a proprietários rurais valores anuais que variam de R\$75,00 a R\$300,00 pela conservação e restauração de nascentes localizadas em bacias hidrográficas utilizadas para captação de água para abastecimento humano. No Vale do Ribeira, o município escolhido foi Eldorado. Parceiro local da iniciativa, o ISA colabora com ações de identificação das nascentes e orientação aos agricultores. Essas atividades estão incluídas no projeto “Floresta e Água”, que tem apoio do Funbio/GIZ/KfW.

CONHEÇA AS PUBLICAÇÕES ACESSANDO:

<http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pescarias-no-rio-negro-volume-1/1>

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3524

Expedicionários da Saúde realizam 65 cirurgias em São Gabriel da Cachoeira

A realização das cirurgias durante o mês de março contou com o apoio do Exército que cedeu o hospital, do ISA que disponibilizou os alojamentos em sua subsele de São Gabriel da Cachoeira, do Distrito Sanitário Especial Indígena que emprestou enfermeiros e técnicos, além da Funai e da Secretaria Municipal de Saúde. A equipe dos Expedicionários da Saúde, associação criada em 2003, é formada por médicos voluntários que realizam cirurgias em povos indígenas na Amazônia brasileira. Em São Gabriel, a equipe tinha 18 expedicionários que trouxeram

com eles 15 caixas de 200 litros cada uma, com equipamentos, medicamentos, e todo o instrumental neces-

sário à realização de cirurgias programadas de catarata, de pterígio e de vesícula por meio de videolaparoscopia. Vinte e sete pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde do município foram operados de catarata. Outros 26, de pterígio (doença que causa cegueira provocada pelo crescimento de uma pele nos olhos) e 12 foram submetidos a videolaparoscopia de vesícula.

A Funai deu apoio logístico e foi responsável pela negociação para trazer a equipe dos expedicionários a São Gabriel da Cachoeira. A ação conjunta que mobilizou esses diferentes atores resultou em 65 cirurgias. O objetivo era diminuir a demanda desses atendimentos na área urbana. Das pessoas atendidas 20% vieram de aldeias da região e 80% residiam na sede do município.

SAIBA MAIS EM:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3513

Fortalecimento dos Parceiros Locais

Lideranças indígenas do Rio Negro promovem reencontro em São Gabriel da Cachoeira (AM)

Sob a coordenação de Domingos Barreto, tukano, ex-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e atualmente na Funai regional e de André Fernando, baniwa, ex-diretor da Foirn e atual vice-prefeito de São Gabriel, cerca de 50 líderes se reencontraram durante três dias em São Gabriel da Cachoeira. Eles fazem parte do chamado “movimento indígena do Rio Negro”. O tema do I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Negro, realizado em fevereiro, teve como tema “Aperfeiçoando as estratégias e garantindo identidade indígena no Desenvolvimento Regional Sustentável”. Ao final, foi aprovado um documento com orientações gerais endereçado à Foirn - organização que representa os interesses dos povos indígenas da região há 25 anos e que terá uma assembleia eletiva no final do ano. O ISA deu apoio ao encontro produzindo dois dossiês no período 1981-2010 com base nas publicações da série *Povos Indígenas no Brasil*. Um é sobre o movimento indígena da região do Rio Negro (com cerca de 300 páginas) e outro sobre o movimento indígena nacional (com cerca de 100 páginas). Os dossiês foram distribuídos aos participantes ao final do encontro.

SAIBA MAIS EM:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3502

Curtas

▶ ATIX DÁ POSSE À NOVO DIRE-

TOR. Em janeiro, tomou posse na presidência da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), Winti Suyá, liderança do povo Kisêdjê. Winti trabalha na Atix desde o final da década de 1990 e foi eleito em assembleia realizada em dezembro de 2011. Ele substituiu Pikuruk Kaiabi.



© KARLA PATRICKA OLIVEIRA/ISA



Reunião das equipes do ISA no final do ano, no Ateliê Gira, em São Paulo

Seminário de fim de ano reúne equipes e inova apresentações

O tradicional seminário de final de ano que reúne as equipes do ISA em dezembro começou com uma reunião interna onde todos foram incentivados a relatar aspectos do trabalho durante o ano, experiências, alegrias e inquietações. Praticamente todos fizeram breves relatos e depois em grupo discutiram regras internas do ISA, contribuindo para integrar as diferentes equipes que se espalham pelo noroeste amazônico, pelo Xingu e arredores, em Mato Grosso, pela Terra do Meio, no Pará, e pelo Vale do Ribeira, em

São Paulo. Nos dois dias que se seguiram (20 e 21/12), no Sesc-Pinheiros, as equipes e convidados debateram temas como a sustentabilidade do ISA, a cooperação internacional e as ONGs no Brasil, o marco regulatório das ONGs e os retrocessos ambientais que o governo Dilma vem promovendo. Entre os presentes estavam sócios do ISA como Eduardo Viveiros de Castro, Sergio Leitão, João Paulo Capobianco e parceiros como Aurélio Viana, da Fundação Ford, e Arne Dale, da Ajuda da Igreja da Noruega, além da ex-ministra Marina Silva.

Visitas ao site



Janeiro/Dezembro de 2011*
2.299.085

(*) Aqui incluídos os sites Socioambiental, PIB, Pibinho, De Olho no Fundo Amazônia, UCs, Cílios do Ribeira, Y Ikatu Xingu, Mananciais

Janeiro/Abril de 2012**
863.495

(**) Aqui incluídos os sites Socioambiental, PIB, Pibinho, De Olho no Fundo Amazônia, UCs, Cílios do Ribeira, Y Ikatu Xingu

Fundação Ford e Embaixada da Noruega visitam o ISA

A ministra conselheira e chefe de missão adjunta da Embaixada da Noruega no Brasil, Sissel Hodnesteen, acompanhada pelo oficial de programas para povos indígenas Kristian Bengtson visitaram o ISA, em São Paulo, em janeiro. A Secretaria Executiva fez uma apresentação que incluiu um histórico sobre a instituição e os trabalhos que realiza atualmente. Em março, também em São Paulo, o ISA recebeu a visita de Pablo Farias, vice-presidente da Fundação Ford e de Nilceia Freire, representante da fundação no Brasil. A Secretaria Executiva apresentou os trabalhos que os programas e projetos do ISA realizam e também abordou questões de direitos territoriais, gestão territorial e Rio+20.



Nilceia Freire, Adriana Ramos, Pablo Farias e Cícero Augusto, no laboratório de Geoprocessamento do ISA



© JORGE GUZ/ARND BRONKHORST

Manifestantes protestam na Esplanada dos Ministérios contra a reforma do Código Florestal

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3536

Câmara revoga Código Florestal e promove retrocesso histórico da legislação ambiental

A Câmara dos Deputados revogou o Código Florestal, por 274 a 184 votos, no dia 25/4. Os ruralistas contaram com o apoio maciço do PMDB e de boa parte da base aliada do governo, em meio à ausência dos articuladores políticos do Palácio do Planalto, para derrubar a principal lei ambiental do País.

O texto aprovado resgatou a essência do projeto aprovado pela Câmara, em maio do ano passado, e excluiu os poucos avanços incluídos pelo Senado, em dezembro. Caso sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, ele promoverá anistia generalizada a quem desmatou ilegalmente e a redução de áreas protegidas em propriedades privadas.

A expectativa no Congresso é de que Dilma vete pelo menos parte da proposta aprovada e reponha, possivelmente por um Projeto de Lei, o texto vindo do Senado.

Junto com as outras organizações, movimentos e redes sociais que compõem o Comitê Brasil em Defesa das Florestas, o ISA está intensificando a campanha pelo veto integral da nova lei. A mobilização

está realizando protestos por todo o país e divulgando materiais nos meios de comunicação convencionais e na internet.

O ISA acompanhou passo a passo a tramitação do projeto, produzindo e divulgando análises dos sucessivos relatórios sobre a matéria e realizando uma cobertura jornalística sistemática do assunto.

As notícias, pareceres, artigos de opinião, notas e manifestos produzidos nesse trabalho foram divulgados para organizações e movimentos sociais parceiros, imprensa e grande público. Em algumas oportunidades, o ISA noticiou em primeira mão documentos sobre a tramitação e as negociações envolvendo o assunto, cumprindo o papel fundamental de dar transparência aos debates da matéria.

Como ficou o texto aprovado

De acordo com o texto referendado pelos deputados, quem desmatou na beira de rios com até 10 metros terá de recuperar só 15 metros de vegetação. Em rios mais largos, serão regularizadas todas as

atividades agropecuárias sem nenhuma necessidade de reflorestamento.

Em topos de morros, a proposta desobriga a recuperação de desmatamentos realizados até 2008, permite pastagens e o cultivo de espécies lenhosas perenes (maçã, uva, laranja, eucalipto etc). Também consolida todos os tipos de atividades agropecuárias em encostas com até 45° graus de inclinação e cultivos de lenhosas em encostas de mais de 45°.

Foi retirado do texto o único dispositivo que, ao autorizar a recuperação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) em índices superiores ao definido na lei, poderia salvar bacias com níveis críticos de desmatamento.

Outro mecanismo aprovado reduz automaticamente todas as APPs de beira de rio ao determinar

que sua medição seja feita a partir do “leito regular” e não mais pelo leito verificado na cheia, como obriga a legislação atual. Só essa medida pode deixar sem proteção até 60% dessas áreas na Amazônia.

Foi retirada da proposta a proteção às áreas úmidas (várzeas, brejos, florestas de igapó etc), matas na beira de veredas e margens de rios em zonas urbanas, fundamentais para redução dos impactos de enchentes.

Também caiu a obrigatoriedade dos produtores agropecuários aderirem ao CAR (Cadastro Ambiental Rural) num prazo de cinco anos para manter o acesso ao crédito rural oficial e de se disponibilizar na internet os dados desse cadastro. Os dois mecanismos são considerados essenciais para uma política eficaz de controle do desmatamento.



Carta aberta alerta sobre os retrocessos socioambientais do governo Dilma

Diversas organizações da sociedade civil lançaram em São Paulo, em março, um documento para alertar a sociedade brasileira sobre os retrocessos que vêm sendo constatados na área socioambiental e estimular a reflexão

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3512



Paulo Barreto (Imazon), João Paulo Capobianco (IDS), Maria Cecila Wey de Brito (WWF-Brasil) e Márcio Santilli (ISA) durante o lançamento do documento

para incentivar ações que revertam esse quadro. Reforma no Código Florestal, redução de Unidades de Conservação, redução do poder de fiscalização do Ibama, atropelos no licenciamento ambiental, paralisação da agenda climática, lentidão no saneamento, na mobilidade urbana, na regularização fundiária, aumento da violência no campo e um Ministério do Meio Ambiente inerte são os itens apontados no documento intitulado “Sobre os retrocessos do governo Dilma”.

As ONGs decidiram avaliar o conjunto de medidas tomadas pelo atual governo em relação à agenda socioambiental do Brasil e daí concluíram que houve uma inversão em relação ao que vinha sendo aprimorado nos últimos 20 anos. O documento mostra essa situação e convida a sociedade a refletir para estimular iniciativas que possam reverter esse quadro. Para Márcio Santilli, do ISA, o governo Dilma está rifando o patrimônio socioambiental brasileiro. “Jogamos no lixo o que demoramos muitos anos para acumular”.

Davi Kopenawa cobra mais uma vez a retirada de garimpeiros da TI Yanomami

O líder yanomami e presidente da HAY (Hutukara Associação Yanomami), Davi Kopenawa, voltou a exigir da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Secretaria Geral da Presidência

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3519



Davi Yanomami (à dir.) entrega carta a Paulo Maldos, secretário de articulação social da Secretaria Geral da Presidência

da República o fim do garimpo e a retirada dos fazendeiros da região conhecida como Ajarani, no leste da Terra Indígena Yanomami, nos estados de Amazonas e Roraima. Foi durante a 41ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, realizada pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima), em março. Ele entregou um documento com a reivindicação ao secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência, Paulo Maldos, destinado à Presidente Dilma Rousseff.

No ano passado, outro documento já havia sido entregue à Secretaria com a mesma reivindicação. De lá para cá, o governo realizou algumas operações da Polícia Federal e do Exército para retirar garimpeiros, mas eles continuam agindo. A informação é que os financiadores que sustentam o garimpo em Boa Vista (RR) continuam sem ser atingidos pelas operações policiais. O ISA realizou esforços para divulgar a invasão garimpeira na TI, elaborando dossiês e divulgando para a imprensa.

Rede de Cooperação Alternativa realiza assembleia anual

As dez organizações que integram a RCA, o ISA inclusive, estiveram representadas na assembleia da rede realizada em março, em Brasília. Além de aprovar os relatórios e prestações de contas de 2011, os integrantes da RCA discutiram e planejaram as atividades da rede em 2012, que incluirá um intercâmbio coletivo à Terra Indígena Yanomami, por ocasião das comemorações dos 20 anos de sua demarcação, e um encontro temático sobre o processo de regulamentação da consulta prévia, livre e informada no Brasil. Também ficou decidido que a rede deve monitorar o processo, contribuindo para a divulgação de informações e para as discussões sobre as propostas de regulamentação. Foram ainda debatidas propostas de publicações das atividades da RCA e a interface com o Ministério da Educação, por meio da representação da rede na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.



Começa regulamentação do direito de consulta prévia

Em fevereiro, o governo federal promoveu uma oficina, em Brasília, com indígenas de todo País para discutir e elaborar uma proposta de regulamentação do direito à consulta livre, prévia e informada. Trata-se de garantir a participação efetiva na tomada de decisões envolvendo os direitos coletivos dos índios e quilombolas. Participaram do evento, promovido pela Funai, 60 lideranças indígenas vindas de todo o Brasil e representantes do Ministério Público Federal, da Advocacia Geral da União (AGU), da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e técnicos do ISA entre outras organizações da sociedade civil. No mês de janeiro, o governo havia criado um grupo de trabalho formado por 22 membros

de diferentes ministérios e órgãos federais para apresentar uma proposta de regulamentação.

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3509

Durante a oficina a Secretaria Geral da Presidência da República anunciou que o governo reconhece como sujeitos à consulta, além dos povos indígenas e quilombolas, as comunidades tradicionais (seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, babaçueiros, faxinais etc). Isso colocaria essas comunidades em pé de igualdade com as populações interessadas no tema. Entre outras decisões, os indígenas lembraram alguns processos de consulta que não foram finalizados e solicitaram ao governo incluir no grupo de trabalho interministerial o Ministério da Cultura e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por sua atuação nos territórios indígenas. Desconfiadas da iniciativa do governo, as lideranças decidiram organizar um grupo de trabalho independente que possa coordenar o processo de produção de informação e deliberação sobre o assunto com os povos indígenas de todo o País.

Vídeo sobre “isolados” marca os 20 anos da homologação da TI Yanomami

A homologação da Terra Indígena Yanomami em maio de 1992 permitiu a permanência de índios “isolados”, mas a presença do garimpo ilegal a menos de 15 km da aldeia onde vivem ameaça sua sobrevivência. Essa é a história que o vídeo *Grupo Yanomami Isolado* produzido pela Hutukara Associação Yanomami conta, reunindo imagens inéditas do grupo yanomami isolado reconhecido como os *Moxi hatëtëma thëpë* por seus vizinhos. As cenas foram filmadas em julho de 2011 pelo cinegrafista da Hutukara, Morzaniel Iramari Yanomami, durante sobrevoo realizado em parceria com a Funai, por meio da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye’kuana.

Pelas imagens pode-se estimar uma população aproximada de 70 pessoas e aparentemente com boa saúde. Os *Moxi hatëtëma thëpë* são conhecidos de

longa data dos Yanomami que vivem em suas proximidades, e com quem sempre mantiveram relações de inimizade. A Funai já havia registrado sua presença na década de 1970 tendo realizado algumas tentativas frustradas de entrar em contato. O vídeo trata destas

antigas relações de conflito, destacando que a política atual da Funai e dos Yanomami é de respeito à situação do isolamento, entendida como um ato coletivo voluntário. Além disso, as imagens mostram o perigo iminente que o garimpo ilegal representa à sobrevivência desses isolados, que vêm sendo empurrados pelos garimpeiros cada vez mais para perto de outros Yanomami, elevando o risco de conflito ou de uma crise epidemiológica. O vídeo tem versão em português e versão legendada em inglês.



SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3525



Estudo mostra que linhas de crédito para práticas sustentáveis têm acesso baixo

Oficina lança publicação sobre financiamento agroambiental

Durante oficina realizada na Finatec, em Brasília, no fim de março, foi debatido o estudo do ISA que avalia o desempenho de linhas de crédito destinadas à adequação ambiental de propriedades rurais e propõe soluções para gargalos em sua operacionalização. A oficina contou com a presença de representantes do governo, ONGs, produtores e trabalhadores rurais, cooperativas agropecuárias e bancos.

Denominado *Financiamento Agroambiental – Subsídios para o desenvolvimento de políticas de crédito de apoio à regularização ambiental de propriedades rurais*, o estudo conclui que as linhas de crédito para práticas sustentáveis e regularização ambiental da agropecuária continuam com níveis de acesso muito baixos. E que a solução para o problema passa por premiar os produtores que seguem a lei ou disponham-se a fazê-lo, por exemplo, reduzindo taxas de juros e ampliando os limites de financiamento nas linhas tradicionais. Como não existem muitas pesquisas sobre o assunto, o estudo surge oportunamente no momento em que se discute no País como estimular a recuperação de passivos e valorizar ativos ambientais.

Além disso, apresenta o perfil do crédito agrícola no Brasil e avalia algumas linhas de crédito agroambientais, disponibilizadas por instituições como o Banco do Brasil e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). As políticas

agroambientais são aquelas com objetivo ambiental e destinadas ao produtor rural. O livro aponta as razões da ineficiência dessas linhas. O levantamento foi feito com base em entrevistas a produtores e representantes de instituições bancárias.

A necessidade de apoiar e premiar os produtores rurais que cumprem a legislação florestal e adotam práticas sustentáveis é hoje praticamente um consenso entre pesquisadores, técnicos, ambientalistas e lideranças do setor agropecuário. O desafio é como tirar a ideia do papel.

A oficina foi uma iniciativa do ISA no âmbito do projeto “Preparando o Brasil para o REDD”, que conta com a participação da TNC (The Nature Conservancy), ICV (Instituto Centro de Vida), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Fundo para Defesa Ambiental (EDF). O projeto tem apoio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). E contou com apoio da RFN (Fundação Rainforest da Noruega). Já a publicação é uma iniciativa do ISA, em parceria com o ICV e TNC, com apoio da USAID, no âmbito do projeto “Governança ambiental e produção responsável”. E também contou com apoio da RFN.



SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3520

Registro audiovisual aborda patrimônio cultural quilombola

O vídeo, resultado do projeto Inventário de Referências Culturais de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira que inventariou bens culturais imateriais aplicando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC - do Iphan, foi finalizado em 2012. Com 130 minutos de duração ele documenta dezenas de bens culturais quilombolas, divididos em capítulos temáticos que podem ser acessados pelo menu inicial do DVD. O vídeo traz um registro de ofícios, celebrações, formas de expressão, lugares e edificações significativos que formam e expressam o modo de vida e os valores das comunidades quilombolas. São diversos conteúdos em diferentes categorias a saber:

Ofícios e Modos de Fazer: modo de fazer roça, puxirão, processamento da mandioca, processamento da cana, processamento do milho,

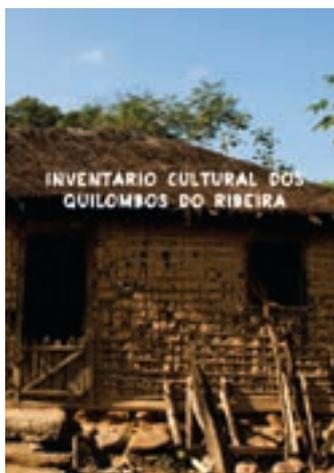
ofício de carpinteiro, modo de fazer canoa, varação de canoa, modo de fazer casa de pau-a-pique, ofício de parteira, ofício de artesão, ofício de benzedor, ofício de capelão, manejo da ostra e modo de pescar.

Celebrações: Recomendação das Almas, Festa de São Pedro nos quilombos de São Pedro e Maria Rosa,

Bandeira do Divino em Praia Grande e em Pedro Cubas, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Ivaporunduva, São Miguel Arcanjo e Coroação e Romaria de Nossa Senhora de Fátima em Morro Seco, Reza de Santa Cruz em Pilões,

Formas de expressão: Romaria de São Gonçalo, dança da Mão-Esquerda, dança da Cobrinha Verde, literatura oral, baile de puxirão, dança da Nhá Maruca, fandango e a missa afro.

Lugares: Pedrão (Bombas), Rio Ribeira (várias comunidades); Porto Boacica (Mandira); Vargens (São Pedro).



Radar Rio+20 lança publicação e site

O Radar Rio+20, projeto que o ISA desenvolve em parceria com o Vitae Civilis e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, com apoio da Fundação Ford lançou oficialmente em fevereiro a publicação Radar Rio+20 e um site (www.radarrio20.org.br) com conteúdos para jornalistas e para o público em geral sobre a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável que se realizará no Rio de Janeiro, em junho. O tema da Rio+20 é a transição para uma Economia Verde com vistas à erradicação da pobreza e a governança para implementar o Desenvolvimento Sustentável. Com a divulgação do rascunho zero do documento oficial da conferência que

ainda está em debate, e dando continuidade às atividades do projeto, foi realizada uma conversa com jornalistas em São Paulo conduzida por Adriana Ramos, do ISA, e Aron Belinky, do Vitae Civilis, para a atualização das negociações em curso. Também sobre o documento oficial, um workshop será realizado em maio, em São Paulo. Paralelamente, o Radar fez uma parceria com a rádio Estadão/ESPN para divulgação de conteúdo sobre as principais questões que estarão no centro dos debates. A parceria realizou dois debates, transmitidos via internet, com especialistas sobre os temas Cidades Sustentáveis e Energia. O terceiro debate será sobre Economia Verde, em 28 de maio.

Documentário conta histórias de agricultores familiares que valorizam a floresta

Há quase uma década, centenas de assentados, pequenos e médios produtores rurais de Mato Grosso apostaram numa ideia: deixar a abertura de novas áreas de lado e recuperar parte da vegetação de suas terras para preservar e gerar renda. O que parecia impossível para muitos vem se tornando realidade nas bacias dos rios Xingu e Araguaia. Em *A resposta da terra*, os agricultores contam como passaram de desmatadores a pioneiros na restauração florestal na região. O documentário mostra que incentivar a restauração da vegetação é essencial para a viabilidade da propriedade, e, ao contrário do que se pensa, pode ser mais uma fonte de renda para o produtor. Coordenado pela Articulação Xingu Araguaia (AXA) no âmbito do projeto “Disseminando a Cultura Agroflorestal na Região do Araguaia Xingu”, o documentário teve apoio do Ministério do Meio Ambiente, dentro do subprograma Projetos Dmons-

trativos/ Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PDA/Padeq - MMA). A AXA é composta por quatro organizações que atuam sistematicamente nas bacias do Xingu e do Araguaia: Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa); Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Socioambiental (ISA) e Operação Amazônia Nativa (Opan).

SAIBA MAIS EM:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3527

De Olho nas Terras Indígenas de Roraima

Para dar sequência ao painel de indicadores das Terras Indígenas que está no site “De Olho nas TIs no Brasil”, o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas fechou uma parceria com o Conselho Indígena de Roraima (CIR), para desenvolver um projeto piloto. O objetivo é levantar dados para alimentar indicadores para cinco TIs no lavrado de Roraima: Anta, Pium, Raimundão, Boquerirão e Sucuba. A ideia é trabalhar com dados locais e nesse caso específico o trabalho será realizado pelos agentes ambientais indígenas com a participação da equipe do Monitoramento. Com isso pretende-se completar um sistema geral de indicadores para as TIs, que serão disponibilizados no site. Além de informações gerais sobre as terras (nome, extensão, censo, situação jurídica), o site traz informações sobre desmatamento, focos de incêndio e incidência de títulos entre outros.



Vídeo registra histórias de desmatadores que se tornaram pioneiros na restauração florestal



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Christiane Peres e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRÁSILIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Paula Souza, 103, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua Professora Beliza de Castro, 3253, Jd. Independente II, 68372-530, Altamira (PA), tel: (93) 3515-0293.